



CONSELHO GERAL

Ata Número Vinte e Um

-----Aos dezanove dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze reuniu sob a presidência do Sr. Dr. Francisco Costa, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efetuada a doze de outubro de dois mil e doze. -----

-----Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, a qual, devidamente rubricada, faz parte integrante desta ata. -----

-----O Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa participou nesta reunião, sem direito a voto, na qualidade de Reitor da Universidade da Madeira. -----

-----Nesta reunião registou-se a ausência, previamente justificada, das senhoras conselheiras Luísa Paolinelli e Teresa Nascimento e dos senhores conselheiros Domingos Rodrigues, Eduardo Jesus, Francisco Capelo, José Manuel Paquete de Oliveira e Robin Farquhar.-----

-----**Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da Ata Número Vinte do Conselho Geral**. O Sr. Presidente do Conselho Geral questionou os senhores conselheiros sobre a existência de alguma proposta de alteração a fazer à ata. -----

-----Nada havendo a registar, a ata número vinte do Conselho Geral foi ratificada por unanimidade. -----

-----**Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Interpretação dos Estatutos da Universidade da Madeira quanto ao termo do mandato dos representantes dos estudantes eleitos em eleições intercalares**. Neste ponto o Sr. Presidente do Conselho Geral informou os senhores conselheiros de que havia solicitado à Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Jurídicos que se pronunciasse quanto ao termo do mandato dos representantes dos estudantes eleitos em eleições intercalares, designadamente sobre se tal termo deveria, ou não, coincidir obrigatoriamente com o do mandato dos representantes dos professores e investigadores,

tendo presente o parecer elaborado sobre esta matéria pelo consultor jurídico Sr. Dr. Guilherme Silva.-----

-----Neste sentido, solicitou à Sra. Presidente da Comissão, Dra. Teresa Perry Vidal, que expusesse ao plenário as conclusões a que aquela Comissão havia chegado, tendo a Sra. Presidente elucidado o Conselho acerca da análise efetuada e dos diversos cenários possíveis quanto à interpretação sobre o termo do mandato dos representantes dos estudantes eleitos em eleições intercalares, tendo finalmente transmitido ao Conselho a posição assumida e recomendada pela Comissão constante do documento que se anexa a esta ata. -----

----- Terminada a exposição, foi pelo Sr. Presidente aberta a discussão em que participaram os senhores conselheiros presentes, os quais ponderaram os diversos aspetos de que se revestiam as alternativas em presença, ou seja, fazer coincidir o termo do mandato de todos os membros do Conselho, em cada período de quatro anos, com o termo do mandato dos representantes dos professores e investigadores, independentemente do momento em que se realizassem as eleições intercalares dos representantes dos estudantes, ou, pelo contrário, reconhecer que os representantes dos estudantes, ao serem eleitos em eleição intercalar, adquirem o direito ao cumprimento de um mandato de dois anos, mesmo que o respetivo termo não coincida com o mandato dos representantes dos professores e investigadores. -----

----- Terminada a discussão, o Sr. Presidente decidiu, com o consenso geral dos senhores conselheiros, colocar à votação a orientação constante do “terceiro cenário” enunciado no parecer da referida Comissão, nos seguintes termos: -----

----- *“Proceder às eleições dos professores e investigadores e seguir todo o processo previsto nos artigos 14º a 17º dos Estatuto mas com os estudantes que estão ainda no exercício do seu mandato.”*, uma vez que no entender da Comissão, esta posição é a que mais se coaduna com a legislação em vigor e como tal: -----

----- *“Respeita-se a legitimidade dos membros eleitos e o calendário eleitoral aprovado e já em curso, para os professores e investigadores; -----*

----- *Respeita-se os direitos adquiridos dos alunos eleitos; e-----*

----- *Os demais procedimentos e prazos podem ser cumpridos de acordo com a Lei.” -----*

----- A proposta foi votada e aprovada por maioria com zero votos contra, uma abstenção e doze votos a favor - **deliberação número noventa e três / Conselho Geral / Universidade da Madeira** -----


-----Nada mais havendo a registrar, o Sr. Presidente do Conselho Geral deu continuidade aos trabalhos.-----

-----**Ponto três** da ordem de trabalhos, **Calendário eleitoral para os representantes dos estudantes no Conselho Geral**. Dado o deliberado no ponto anterior, foi a discussão do ponto três da ordem de trabalhos anulada.-----

-----Nesta altura a Sra. Conselheira Jesus Maria Sousa pediu a palavra para, na medida em que havia estado ausente na última reunião, saudar os membros do Conselho pelo prazer que havia tido em trabalhar com todos e dirigir uma palavra especial ao Sr. Presidente, Dr. Francisco Costa, pelo papel que desempenhou durante o seu mandato. -----

-----Nada havendo a acrescentar, o Sr. Presidente do Conselho Geral agradeceu a disponibilidade de todos para esta reunião extraordinária e perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da ata, produzindo esta efeitos imediatos e, dado que presumivelmente esta é a última reunião do Conselho Geral com a presente composição, devendo ser circulada para recolha da concordância dos senhores conselheiros, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes. -----

-----E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei. -----


1.ª secretária.

COMISSÃO DO CONSELHO GERAL PARA OS ASSUNTOS JURÍDICOS

PARECER

A Comissão para os Assuntos Jurídicos foi chamada a pronunciar-se e emitiu parecer no sentido de que competia ao Conselho Geral a interpretação dos artigos dos artigos 14º a 17º dos Estatutos da UMA conforme determina o artigo 81 do mesmo Estatuto, quanto ao termo do mandato dos estudantes, no caso de, em consequência de eleições intercalares, o mandato dos estudantes se prolongar para além do termo do mandato dos demais membros do Conselho Geral.

A Comissão pronunciou-se no sentido de que o mandato dos estudantes não deve ir para além do mandato dos demais membros do Conselho Geral pois este órgão coletivo é eleito nos termos dos artigos do Estatuto e do Regulamento para funcionar por quatro anos e as eleições intercalares tem apenas a intenção de fazer a representação dos estudantes ter a rotatividade inerente a sua presença na Universidade.

Quando das últimas eleições intercalares dos estudantes, este Conselho não previu quando a pedido dos estudantes marcou as eleições desfasadas das dos professores e investigadores, que o mandato dos estudantes tinha que ter uma duração, que tinha que coincidir com o fim do mandato dos demais membros do Conselho Geral.

A Comissão mantém a sua posição, mas o ocorrido, gerou direitos adquiridos para os estudantes eleitos, direitos intocáveis e de que temos muitos exemplos já no nosso ordenamento jurídico, e este mandato não caduca quando não está especificamente previsto na lei.

Assim hoje colocam-se a este Conselho três cenários possíveis para resolver esta questão:

- 1º- Os estudantes renunciarem ao mandato, eles e todos os substitutos.
- 2º- Suspender o processo eleitoral em curso dos professores e investigadores, aguardando o termo do mandato dos estudantes.
- 3º- Proceder as eleições dos professores e investigadores e seguir todo o processo previsto nos artigos 14 a 17 do Estatuto mas com os estudantes que estão ainda no exercício do seu mandato.

A primeira hipótese parece difícil de conseguir, pois não acha esta Comissão legítimo que se peça aos estudantes que renunciem a um mandato quando estão no uso de um direito adquirido, um mandato para o qual foram eleitos e bastava que um deles não quisesse fazê-lo, para a hipótese não ser viável.

A segunda hipótese levanta uma serie de questões de carácter jurídico de difícil previsão:

- Será que os demais membros do Conselho Geral podem prorrogar um mandato que tem a duração de quatro anos?
- Será, que as deliberações desse Conselho serão válidas?
- Será que esta solução vai impedir a nomeação do Reitor, a aprovação do orçamento e paralisar a Uma por uns meses em discussões jurídicas.

Cremos pois que a que mais se coaduna com a legislação em vigor é a terceira hipótese:

- Respeita-se a legitimidade dos membros eleitos e o calendário eleitoral aprovado e já em curso, para os professores e investigadores;
- Respeita-se os direitos adquiridos dos alunos eleitos; e
- Os demais procedimentos e prazos podem ser cumpridos de acordo com a Lei.

Queremos ainda acrescentar que se for esta a solução aceite, deve o novo Conselho Geral e não este alterar os Estatutos no sentido de fazer coincidir os mandatos dos membros do Conselho Geral.

E ainda que nada impede que o calendário eleitoral dos estudantes possa ser votado como proposto, mas seria talvez mais coerente deixar essa tarefa para o novo Conselho Geral.

P'la Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Jurídicos



Dra. Teresa Perry Vidal